

Regime Militar na Paraíba: A Política Local nos Anos de Chumbo (1966-1971)

Monique Cittadino
Prof. Dra./Dpto. de História/UFPB

Através deste trabalho, pretende-se discutir a re-estruturação, em âmbito local, do sistema político-partidário instituído em decorrência dos Atos Institucionais editados pelo governo federal pós-64, assim como analisar os jogos e embates envolvendo as forças políticas locais na definição das novas estruturas de dominação. Nesse processo, assumiu especial relevo a figura do governador João Agripino, eleito em 1965 pela UDN, através do voto popular, naquela que seria a última eleição realizada ainda dentro do quadro político-partidário vigente no período 45-65. Em decorrência, interessa-nos, ainda, o entendimento do papel exercido pelo novo governador na condução dos processos políticos internos e no estabelecimento dos novos padrões de inter-relacionamento entre os representantes do poder local e do poder central.

Após a edição do Ato Institucional N^o. 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos então existentes, e do Ato Complementar N^o. 4, que estabelecia normas para a criação dos novos partidos políticos, iniciaram-se, na Paraíba, as articulações para montagem do novo quadro partidário. João Agripino, governador recém-eleito, passou a coordenar a formação do diretório local da ARENA, partido governista. Deputados ligados ao governo iniciaram visitas aos municípios do interior do estado em busca de adesões, dentro do princípio determinado pelo governador de “...*infundir na Paraíba um caráter da maior elasticidade...*” ao novo partido. A perspectiva de Agripino era não obstruir “...*a presença de quem quer que seja, na ARENA, podendo ingressar quem quiser, (...) desde que esteja disposto a colaborar politicamente com o seu governo*”.¹

E, como a perspectiva de integrar o partido oposicionista, nessa nova realidade política, não era das mais atraentes aos políticos paraibanos, a maioria deles procurou ingressar no partido governista. Isso deu origem a uma situação de descontentamento por parte de correligionários de Agripino, que se viam preteridos com a entrada de adversários no interior do partido. Em diversos municípios, lideranças locais vinculadas à antiga UDN viam seus lugares nos Diretórios da ARENA ocupados por adversários, originando um clima de insatisfação generalizada contra os critérios de filiação ao novo partido. As manifestações de desagrado chegavam de todos os pontos do estado. Numa delas, o prefeito de Patos, José Cavalcanti, pilar situacionista no seu município, telegrafou ao presidente da ARENA paraibana, deputado Clóvis Bezerra, protestando contra o tratamento dado aos correligionários de Agripino, que teriam sido excluídos do partido com a entrada dos opositores do governador.

Esse quadro de revolta generalizada fez com que João Agripino procurasse esclarecer a posição oficial do governo. Em seu discurso, Agripino, respaldado nas premissas do governo

federal, que pretendia a criação de um forte partido governista, hegemônico nos diversos estados, procurou deixar claro que a sua perspectiva era a de congregar as principais lideranças políticas paraibanas, acomodando, assim, todos aqueles que desejassem compor com o novo governo. Com este esclarecimento, ele também esperava por fim aos queixumes dos descontentes:

Quero, pois, falar precisamente aos que vieram compor conosco o partido do governo federal, a ARENA, no Estado da Paraíba. Para lhes dizer que, quando fomos consultados pelo presidente da República sobre se tínhamos restrições ou dificuldades em aceitar adversários no novo partido, respondi-lhe que nenhuma dificuldade tínhamos em aceitar adversários da última luta. A nossa afirmativa foi da mais absoluta sinceridade.²

Diante disso, o partido governista passou a congrega a maioria absoluta dos representantes paraibanos no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa, bem como a maioria dos prefeitos municipais, fazendo com que a ARENA passasse a exercer o papel da principal força política do estado.

O MDB local constituiu-se, em linhas gerais, por políticos vinculados ao antigo PSD que pouco diferiam dos tradicionais grupos oligárquicos integrantes da UDN, e, sobretudo, por aqueles que não tiveram espaço para ingresso na ARENA. O critério de filiação ao partido opositor foi definido muito mais em função das questões envolvendo as disputas locais pelos espaços de atuação política do que por um real sentido de oposição, seja ao governo estadual, seja ao governo federal. Um exemplo paradigmático da lógica localista definidora do processo de filiação partidária às novas agremiações pode ser visto com o caso do município de Sousa, em que o prefeito, Antonio Mariz, primo de João Agripino e pertencente ao PTB, que chegara a ser considerado “subversivo” pelos militares no momento do golpe de 64, ingressou na ARENA, enquanto os Gadelha, integrantes da UDN mas adversários dos Mariz no município, foram obrigados a ingressar no MDB.

O ingresso do senador Ruy Carneiro, principal chefe político do PSD na Paraíba e oponente a João Agripino nas eleições de 1965 para o governo do Estado, no interior do MDB é outro claro exemplo da lógica política que marcava a definição da “filiação X oposição” ao Estado Autoritário, caracterizando-se, eminentemente, a partir dos pactos/disputas locais e não de um efetivo posicionamento frente ao novo governo. Ruy Carneiro não só chegou a cogitar da sua entrada na ARENA, como também relutou em definir-se publicamente quanto ao seu ingresso no MDB. A sua presença no partido governista só não se concretizou em virtude dele ter exigido a exclusão do ex-governador Pedro Gondim dos quadros partidários, assim como o direito de preencher três secretarias do governo que se iniciava.

Na verdade, a presença de Ruy Carneiro no MDB paraibano era extremamente interessante para o governo militar. Ruy Carneiro era amigo pessoal de Castelo Branco, tinha trânsito livre entre

os políticos “revolucionários”, constituindo-se, portanto, num político capaz de fazer a oposição “responsável e confiável” desejada pelo Estado Autoritário.

Ruy Carneiro (...) gozava das boas graças dos revolucionários, era amigo pessoal de Castelo, que chegou a articular o seu ingresso no partido governista (...). Depois de muita sondagem, Castelo percebeu que Ruy poderia prestar-lhe os mesmos serviços no partido oposicionista, dada sua lealdade ao poder federal.”³

Sem dúvida, ele aproximava-se substancialmente do ideário e das propostas “revolucionárias”, o que deu o mote a Ernani Sátiro, nas eleições para o Senado, em 1966, acusá-lo de votar a favor de tudo que era proposto pelo governo e permitiu que surgissem diversos comentários jocosos dos seus opositores políticos como, por exemplo, o de que ele, nos comícios realizados na campanha de 1966, costumava, num gesto de censura, puxar a manga do paletó de correligionários mais exaltados, quando estes se excediam nas críticas feitas ao governo militar.⁴ Com isto, afastam-se análises como as que acreditam que a Paraíba talvez tenha sido o único estado do Nordeste onde o MDB nasceu com certo vigor, devido à presença de Ruy Carneiro.⁵ Certamente, esta afirmativa deve ser relativizada, pois a presença do ex-senador do PSD, longe de representar a possibilidade de uma concreta oposição ao autoritarismo militar, significou que o MDB paraibano assumiu uma posição de apoio e consentimento às políticas estabelecidas pelo executivo federal.

Uma vez reorganizado o novo quadro partidário, iniciaram-se as *démarches* em torno das eleições proporcionais de 15 de novembro de 1966. Além da disputa de uma vaga para o Senado, estava em jogo a eleição para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa. Certamente, a disputa para o Senado constituía-se no cerne dessas eleições. Pelo MDB, a partir da formalização do ingresso de Ruy Carneiro no partido, a vaga ao Senado migrou naturalmente para suas mãos.

A ARENA, dividiu-se, inicialmente, entre os nomes de Pedro Gondim e do deputado federal Ernani Sátiro. Em março de 1966, o mesmo exemplar do jornal **A União**, trazia entrevistas em que os dois políticos se apresentavam como candidatos.⁶ A candidatura de Gondim era tida como uma forma de agradecimento da parte de Agripino ao apoio do ex-governador à sua eleição. Entretanto, em razão de pressões dos antigos udenistas e de questões de ordem econômica, o compromisso de Agripino com o seu antecessor foi encerrado e o nome de Gondim foi afastado da disputa senatorial, passando Ernani Sátiro a ser considerado o candidato oficial do partido.⁷ O afastamento de Gondim, que passou a disputar apenas o cargo de deputado federal, significou, sem dúvida, o sacrifício de um político que ainda possuía fortes bases populares e que, portanto, poderia voltar a significar ameaça aos padrões udenistas-arenistas de dominação.

Com relação ao nome de Ernani Sátiro, a despeito das suas diversas declarações confirmando seu propósito em concorrer ao Senado, a ARENA, às vésperas da convenção

partidária, ainda não havia se definido quanto ao seu candidato. Contra Ernani pesava o fato do mesmo ser considerado “pobre de votos” pelos seus colegas da bancada federal, mas, fundamentalmente, os elevados custos financeiros envolvidos na campanha. Neste momento, aparecia na imprensa local o nome do economista e empresário Aluísio Afonso Campos como uma possível alternativa para resolver o impasse no interior do partido. Realizada a convenção no dia 17 de setembro de 1966, Ernani Sátyro, até às vésperas considerado oficialmente como candidato do partido, renunciou à sua candidatura, sendo substituído por Aluísio Campos.

O resultado das eleições para o Senado deu a vitória a Ruy Carneiro, do MDB, por 9.791 votos.⁸ Entretanto os resultados favoráveis ao partido oposicionista registrados para o Senado não se repetiram em âmbito da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa Estadual, nas quais a ARENA se tornou o partido hegemônico. Em termos numéricos, para a Assembléia Legislativa, a ARENA fez 24 dos 38 deputados estaduais (63,1%), cabendo ao MDB fazer apenas 14. Quanto à Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu oito representantes e o MDB, quatro. Com estes resultados, a Paraíba somava-se ao restante do Nordeste, garantindo, ao Estado Autoritário, o apoio de que ele necessitava para aprofundar o seu perfil anti-democrático e excludente.

Os resultados da eleição para o Senado, desfavoráveis ao governo, podem ser creditados a diversos fatores. Em primeiro lugar, não se pode esquecer a popularidade do candidato do MDB, que, apesar da derrota sofrida um ano antes para o executivo estadual, ainda se constituía em uma das maiores lideranças políticas do estado. Em segundo lugar, deve-se apontar para os conflitos e negociações em torno do candidato da ARENA, cuja indicação se deu apenas dois meses antes das eleições, atrasando substancialmente o início da sua campanha. Por outro lado, a escolha de Aluísio Afonso Campos não foi das mais felizes, gerando descontentamentos no interior das forças governistas. Isto pode ser inferido pelos resultados favoráveis obtidos pelos demais candidatos da ARENA para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, que não se refletiram nos resultados para o Senado, levando a crer que os antigos políticos udenistas, em suas bases, não trabalharam para este candidato. Em terceiro lugar, é importante que se frise o descontentamento no interior do gondinismo, ainda uma importante força política dentro do esquema governista, com o afastamento do seu líder da disputa senatorial. Segundo o jornalista William Tejo, isto ficou muito claro a partir dos resultados obtidos por Aluísio Campos nas áreas de influência do grupo, nas quais ele não obteve a votação esperada.⁹ A suplência, entregue ao padre Américo Maia, primo de Agripino e um dos baluartes da antiga UDN, teve um papel de restrição e não de ampliação de votos. Caso ela tivesse sido entregue a um componente de um dos blocos aliados do governo, como o gondinismo, possivelmente teria contribuído para ampliar o universo de penetração da ARENA. Em outras palavras, o esquema político oficial mostrou-se falho, não coeso e largamente vazado, susceptível, portanto, a um padrão de comportamento não homogêneo. Finalmente, deve-se atentar

para o fato de que o governo João Agripino vivia a sua pior fase, marcado tanto por uma impopularidade muito grande, decorrente da implantação da reforma administrativa, do atraso no pagamento do funcionalismo, da suspensão do aumento salarial proposto no final do governo Pedro Gondim e das mudanças fiscais consubstanciadas no arrocho fiscal, quanto pelo desgaste junto aos seus correligionários, em virtude das medidas de caráter político tomadas neste período. O próprio João Agripino admite que, no primeiro ano, o governo viveu uma fase de impopularidade terrível e ele não se “...*elegeria vereador nem em Brejo do Cruz*”.¹⁰

Em 1968, em decorrência da decretação do Ato Institucional No. 5, a vida política paraibana mais uma vez seria extremamente afetada. Inicialmente, em fevereiro de 1969, foram cassados os deputados federais Pedro Gondim, da ARENA, e Osmar de Aquino e Vital do Rego, do MDB. Em seguida, caíram nas malhas do AI-5 quatro deputados estaduais vinculados ao governo (Sílvio Pélico Porto, líder de João Agripino na Assembléia Legislativa, Robson Duarte Espínola, Francisco Souto Neto e Romeu Gonçalves de Abrantes), que, em 12 de março, tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos por dez anos. E, a 29 de abril, foram atingidos os deputados emedebistas José Targino Maranhão e Mário Silveira.¹¹ As cassações promovidas pelo AI-5 atingiram, primordialmente, as forças políticas vinculadas ao populismo gondinista (o ex-governador Pedro Gondim, bem como os políticos a ele ligados) que, na conjuntura menos truculenta de 1964, haviam sido poupadas por estarem vinculadas à UDN.

A responsabilidade por essas cassações chegou a ser atribuída a João Agripino em versões que o acusavam de ter interferido diretamente ou de ter sido omissos, não defendendo os atingidos. Isso, entretanto, nunca chegou a ser comprovado. O próprio Pedro Gondim, em entrevista concedida ao CPDOC, em 1978, disse desconhecer as razões de sua cassação embora também tenha deixado claro que não culpava mas também não isentava nenhum possível responsável.¹² Posteriormente, Gondim viria a dar algumas entrevistas a jornalistas paraibanos isentando João Agripino de qualquer responsabilidade sobre sua cassação.

João Agripino, por sua vez, sempre negou, peremptoriamente, a sua influência em qualquer das cassações ocorridas no setor político na Paraíba, muito embora, na franqueza que lhe era habitual, tenha assumido a inteira responsabilidade sobre o encaminhamento da cassação de 11 juízes de direito, cujos processos haviam sido enviados pelo Tribunal de Justiça.¹³

A gravidade das repercussões do AI-5, no entanto, também calaria fundo em João Agripino, que assumia posições de independência e, até mesmo, de enfrentamento em relação às autoridades militares. As manifestações de Agripino neste sentido sempre foram as mais diversas, desde a sua campanha ao governo do Estado, quando impôs aos militares o nome do seu vice-governador e afrontou generais do Exército a fim de garantir a realização de manifestações populares e estudantis, passando pela sua posse, quando se negou a receber indicações da alta cúpula do

governo federal a respeito da formação do seu secretariado, culminando nos diversos atritos com o comando militar ao longo do seu governo.¹⁴ Sem dúvida, pode-se atribuir este espaço de autonomia de que, até então, dispunha João Agripino a diversos fatores. Primeiramente, deve-se levar em consideração que o Estado Autoritário ainda não havia adquirido sua verdadeira face, no sentido do endurecimento do regime e da radicalização das medidas coercitivas, o que ocorreria após a decretação do AI-5. O governo, sob a liderança de Castelo Branco, ainda pretendia manter as configurações mínimas de um Estado democrático, o que possibilitava a existência de brechas sob as quais era permitido a existência de uma oposição “confiável”. Em segundo lugar, ao Estado Autoritário também era importante a existência de mecanismos de legitimação junto a sociedade, o que lhe era garantido pelo apoio e conivência de lideranças civis capazes de respaldá-lo perante a opinião pública, a exemplo do governador João Agripino. Assim, um político como Agripino, eleito pelo voto popular e detentor de uma liderança inquestionável entre seus pares, por mais que em várias situações pudesse trazer algum nível de desconforto e provocar um certo descontentamento ao comando militar, era, indiscutivelmente, um homem da “revolução”, um político inteiramente confiável, dotado de ampla autoridade sobre seus governados, constituindo-se, portanto, em alguém não só a ser respeitado pelos militares, como também, em um nome fundamental a se ter ao lado.¹⁵

Era esse respaldo que Agripino tinha junto à cúpula do Estado, que lhe permitia tecer críticas e fazer duros comentários sobre os rumos da “revolução”. Quando surgiu a candidatura de Costa e Silva à presidência da República, João Agripino deu uma entrevista, no Rio de Janeiro, dela discordando, assim como, de acordo com seu depoimento, teria votado contra a indicação do nome daquele militar na convenção da ARENA.¹⁶ Em meados de 1967, em nova declaração à imprensa carioca, Agripino afirmou que cabia aos civis se imporem à nação, visando o restabelecimento do poder civil. Na ocasião, ele ainda se declarara favorável à formação de novos partidos, retirando do país “...o bipartidarismo imposto pelo governo passado.”¹⁷ Posteriormente, alguns meses antes do fatídico 13 de dezembro de 1968, em uma outra viagem ao Rio de Janeiro, concedeu entrevista, na qual ousava criticar o governo Costa e Silva, sugerindo-lhe modificações nos seus auxiliares: “...o governo não melhorará enquanto não se processar uma radical reforma ministerial...”¹⁸

Contudo, João Agripino teve de dobrar-se diante da força do AI-5, cobrindo-se com as vestes de “homem da revolução” e incorporando integralmente o discurso dos setores que haviam se tornado hegemônicos dentre os militares.¹⁹ Após retornar de uma viagem a Brasília, imediatamente após a decretação do Ato Institucional, Agripino assumiu a defesa das razões que levaram o Estado a tomar tal atitude. Na análise do governador, vários episódios concorreram para que os “setores revolucionários” entendessem que a sobrevivência da “revolução” poderia ficar irremediavelmente comprometida se providências especiais não fossem tomadas. Com o AI-5, prosseguia o

governador, o presidente da República demonstrava a irreversibilidade do processo revolucionário, bem como a coesão absoluta das Forças Armadas.

O governador também incorporou ao seu discurso a lógica do Estado Autoritário, segundo a qual o respeito aos direitos políticos dos cidadãos deveria estar submetido aos interesses do Estado, justificando as cassações e suspensões destes direitos como um instrumento necessário para a manutenção da ordem pública:

Do ponto de vista político, a Revolução pretende respeitar todos os mandatos compatíveis com os seus objetivos mais altos, de modo que restrições a direitos políticos ou mandatos eletivos somente serão feitas nos casos em que os respectivos titulares tenham faltado ou venham a faltar com a contribuição que deles se espera para a tranqüilidade e a normalidade da ordem pública e o desenvolvimento do país.²⁰

E foi, ainda sob os efeitos dos expurgos, das cassações e das perseguições políticas determinadas pelo AI-5 que, em agosto de 1970, iniciaram-se as articulações para as eleições majoritárias e proporcionais. Para governo do Estado, a convenção da ARENA, realizada no dia primeiro de agosto, que contou com um colégio de votantes integrado por 30 membros do Diretório Regional e mais o líder do partido na Assembléia, deputado Jonas Leite Chaves, indicou o ministro Ernani Sátyro e o deputado Clóvis Bezerra para os cargos de governador e vice, respectivamente.²¹

Naquele mesmo dia, em virtude do cargo de vice-governador ainda se encontrar vago em razão do afastamento de Severino Cabral, a ARENA homologou a candidatura do ex-secretário Juarez Farias para aquele cargo, em pleito indireto a ser realizado, em seguida, na Assembléia Legislativa. Segundo depoimento do próprio Juarez Farias, a razão para o preenchimento do cargo de vice-governador decorria da necessidade que Agripino teria de se ausentar, frequentemente, da chefia do executivo, para participar da campanha eleitoral para os cargos proporcionais. Em decorrência, ele precisava de alguém, da sua absoluta segurança, para assumir o executivo, durante o período em que estivesse envolvido na campanha.²²

O pleito indireto que elegeu os novos governador e vice-governador ocorreu na Assembléia Legislativa, a 3 de outubro, em sessão que contou com o comparecimento de 21 deputados da ARENA e dez do MDB. A eleição se processou pelo sistema de votação nominal, com os deputados respondendo “sim” ou “não” aos nomes dos dois candidatos. A bancada da ARENA votou em peso nos nomes apresentados, enquanto que, os deputados emedebistas, com exceção do deputado Antonio de Paiva Gadelha – que acompanhou os representantes do governo – abstiveram-se de votar.²³

As eleições diretas para os cargos de senador, deputado estadual e deputado federal ocorreram em 15 de novembro de 1970. Ao contrário das eleições de 1966, em que o MDB ainda

conseguiu um resultado satisfatório para o Senado, as eleições de 1970 caracterizaram-se pelo predomínio da ARENA em todos os níveis – senatória, deputação federal e estadual.

Para o Senado João Agripino tentou, inicialmente, fazer uma composição com o senador Argemiro de Figueiredo, do MDB, antigo correligionário da UDN que, desde 1958, em decorrência de disputas internas havia se abrigado no PTB, de forma que este pudesse ter o seu mandato senatorial preservado. Como havia duas vagas em disputa, Agripino propôs um acordo ao MDB, em que cada partido apresentaria apenas um candidato ao Senado, que, no caso do partido oposicionista, seria o próprio Argemiro. Com isto, seriam eleitos um representante da ARENA e um do MDB. Este acordo significaria, obviamente, uma nova “pacificação” na política local, eximindo-se ambos os partidos dos custos da disputa eleitoral. E, representaria, ainda, a recomposição dos vínculos anteriormente existentes entre os dois líderes políticos, rompidos por ocasião das eleições de 1958. Contudo o então deputado federal Humberto Lucena, político da nova geração, que havia se tornado importante liderança dentro do partido e um nome em ascensão no plano nacional, acreditando na possibilidade de vitória da oposição, opôs-se à realização do acordo, levando o MDB a lançar os nomes de Argemiro de Figueiredo e o seu próprio como candidatos ao Senado.

Em conseqüência, foram indicados, para concorrerem pelo partido governista, dois nomes de pouca projeção no cenário político local: o deputado federal Milton Cabral e o senador Domício Gondim. Apesar da força dos candidatos do MDB, em virtude do empenho pessoal do governador e como reflexo da popularidade que Agripino gozava ao final de seu mandato, foram eleitos, para as duas vagas em disputa, os candidatos arenistas. Essa vitória de Agripino suscitou comentário do *Jornal do Brasil*, segundo o qual o poder do governador superava o de Calígula, que havia nomeado o seu cavalo, Incitatus, para o Senado Romano.²⁴

A vitória absoluta da ARENA também se repetiu nas eleições para deputado federal e estadual. Para a Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu cinco das oito vagas e, para a Assembléia Legislativa Estadual, o partido governista elegeu 15 dos 24 deputados. Apesar de deter a maioria das cadeiras da Assembléia Legislativa, a ARENA não dispunha, inicialmente, da maioria de dois terços necessária para aprovação de seus projetos. Entretanto isso foi superado, de imediato, com a transferência do deputado emedebista Ananias Pordeus Gadelha para aquele partido, o que lhe garantiu 16 integrantes e, conseqüentemente, a necessária maioria regimental.²⁵

Em março de 1971, aclamado pela população paraibana, João Agripino despedia-se do governo, passando o cargo para seu sucessor, Ernani Sátyro. O seu mandato foi marcado por se dar ao longo de uma conjuntura política extremamente difícil: reordenamento partidário, recrudescimento da repressão, cassações de mandatos parlamentares. Pode-se afirmar que o seu governo representou, na Paraíba, a consolidação do Estado Autoritário pós-64, tendo ele deixado para seu sucessor um quadro político extremamente favorável caracterizado pela acomodação das

forças políticas locais e pela hegemonia absoluta da ARENA, partido governista, em todas as instâncias.

¹ **A União**, João Pessoa, 26 fev. 1966, p. 8.

² TEJO, William. “Política em Preto e Branco”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 15 mar. 1966, p. 3.

³ RAMOS, Severino. **Agripino**. O Mago de Catolé. João Pessoa: A União, 1991, p. 108.

⁴ **A União**, João Pessoa, 6 set. 1966, p. 8.

⁵ Cf. ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currais**. João Pessoa: Acauã, 1979, p. 22.

⁶ **A União**, João Pessoa, 22 mar. 1966, p. 8.

⁷ Em agosto de 1966, Pedro Gondim divulgou um manifesto no qual ele oficializava a sua desistência de concorrer ao Senado e se lançava candidato a deputado federal. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 24 ago. 1966, p. 8.

⁸ Ruy Carneiro obteve 191.311 votos e Aluísio Afonso Campos, 181.520. **A União**, João Pessoa, 26 nov. 1966, p. 8.

⁹ TEJO, William. “Política em Preto e Branco”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 19 nov. 1966, p. 3.

¹⁰ AGRIPINO Filho, João. **João Agripino**. (Depoimento). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 252.

¹¹ MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. (Ampliada por Deusdedit Leitão). João Pessoa: Assembléia Legislativa, 1987, p. 154.

¹² GONDIM, Pedro. **Pedro Gondim**. (Depoimento). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1978, pp. 182-183.

¹³ AGRIPINO Filho, João. **João Agripino**. (Depoimento). Op. cit., pp. 284.

¹⁴ A respeito dos momentos de enfrentamento entre João Agripino e o comando militar, vide CITTADINO, Monique.

Poder local, modernização econômica e reforma do Estado: a face de Janus do governo João Agripino. Paraíba (1966-1971). São Paulo (Doutorado em História), USP/FFLCH, 2001, capítulo 5, nota 612, p. 285.

¹⁵ Antes da candidatura Costa e Silva, o presidente Castelo Branco chegou a elaborar uma lista com os nomes de quatro militares e quatro civis para a Presidência da República e, dentre estes últimos, figurava o nome de João Agripino. Posteriormente, Castelo Branco também o incluiu, juntamente com Pedro Aleixo e Bilac Pinto, numa lista tríplice para o cargo de vice-presidente do governo Costa e Silva. Cf. AGRIPINO Filho, João. **João Agripino**. (Depoimento). Op. cit., pp. 246 e 250.

¹⁶ A esse respeito, vide AGRIPINO Filho, João. **João Agripino**. (Depoimento). Op. cit., pp. 246-249.

¹⁷ Cf. **A União**, João Pessoa, 14 jun. 1967, p. 1.

¹⁸ **O Norte**, João Pessoa, 18 maio 1968, p. 8.

¹⁹ É importante salientar que, mesmo diante da viragem no interior do Estado Autoritário, representada pela edição do AI-5, Agripino ainda continuou a enfrentar autoridades militares, quando estas significavam interferência na sua administração ou nos seus interesses. Por exemplo, já em 1969, numa audiência concedida ao general Samuel Correia, que recentemente havia tomado posse como comandante da Guarnição Federal na Paraíba, Agripino recebeu a “solicitação” para exonerar três dos seus auxiliares (Antonio Mariz, Otacílio Silveira e Juarez Farias) supostamente não favoráveis à “revolução”. Na sua resposta ao general, Agripino reportou-se ao antecessor do novo comandante, general Vinicius Notare, afirmando que nunca havia ido ao Grupamento de Engenharia pedir que ele afastasse qualquer dos seus auxiliares, e que o general Notare também nunca havia vindo ao Palácio pedir a substituição de qualquer dos secretários de Estado. Sendo assim, não admitia esse tipo de ingerência nos assuntos de Estado. Cf. MAIA, Benedito. **Dois Senadores**. João Agripino e Ruy Carneiro. João Pessoa: A União, 1989, pp. 31-32.

²⁰ **A União**, João Pessoa, 19 dez. 1968, p. 8.

²¹ **A União**, João Pessoa, 2 ago. 1970, p. 8.

²² Cf. entrevista de Juarez Farias à autora, em 15 de janeiro de 2001.

²³ **A União**, João Pessoa, 4 out. 1970, p. 8.

²⁴ Vide MAIA, João Agripino de Vasconcelos. **Memória Política**. N.º. 6. João Pessoa: A União, 28 jul. 2000, p. 3.

²⁵ MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. (Ampliada por Deusdedit Leitão). Op. cit., p. 159.